



ESTRUTURA DE POSSE ESCRAVA E RELAÇÕES SOCIAIS CATIVAS E SENHORIAIS PARA A COMPREENSÃO DE UM PLANEJAMENTO INSURRECIONAL ESCRAVO

Wagner de Azevedo Pedroso¹

Este artigo busca abordar as modificações na estrutura de posse escrava da Aldeia dos Anjos, assim como as alterações nas relações sociais e familiares dos escravos desta localidade, para compreendermos um plano de insurreição escrava ocorrido no ano de 1863, nesta localidade. Alterações que possivelmente motivaram escravos de determinados senhores a organizarem um plano de insurreição contra os “brancos”. Plano que envolveu escravos de diferentes proprietários da Freguesia, que se organizaram para marcharem em direção “a capital [e] exigirem pela força [sua] liberdade”². Antes de analisarmos as modificações vamos apresentar os escravos envolvidos nesse planejamento insurrecional. No processo crime da insurreição foram interrogados vinte e seis escravos, sendo que somente doze foram arrolados como réus: Aniceto escravo de Januário Gomes Pahim, Antonio, Bento e Manoel Capitão, escravos de Francisco Antonio Maciel, Claudino e Salvador escravos de André Machado de Moraes Sarmiento, Feliciano e Quinto escravos de Antonio Pahim de Andrade, José e Manoel Rafael escravos de Innocente Ferreira Maciel, Luis escravo de José Antonio Alves, e Mateus escravo de Manoel José de Barcellos. Podemos acrescentar aos escravos acima arrolados os supostos líderes do planejamento insurrecional, “Nazário e Alexandre”, o primeiro escravo de Francisco Antonio Maciel e o outro de José Antônio Alves. Serão estes escravos que no ano de 1863 iram empreender um plano de levante escravo que buscava conquistar a liberdade para os cativos da região, vejamos então alguns momentos desse planejamento.

O plano de insurreição

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em história da UFRGS – e-mail: wagbaco@gmail.com.

² Conclusões do Doutor Juiz de direito chefe de polícia Dario Rafael Callado, no dia 03 de novembro de 1863. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 69f e v.



Em um domingo, dia 24 de maio de 1863, enquanto a população da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos estava envolvida com os preparativos para a comemoração da festividade do Divino Espírito Santo, foi que o “mulato” Nazário, de 28 anos, escravo de Francisco Antônio Maciel, aproveitando-se “do ajuntamento que a festa do Espírito Santo fez reunir” tomou as primeiras providências para o levante escravo. Nessas medidas iniciais Nazário buscou aliciar diversos escravos, para por em prática seu “perverso intuito” de fazer um levante escravo na localidade. O período de festas sempre foi um dos momentos utilizados pelos escravos de diversas regiões para a organização de levantes. Reis e Silva (1989), observando o caso das rebeliões escravas da Bahia do início do século XIX, afirmavam que a “religião e a festa, a festa religiosa inclusive, sem dúvida funcionaram como elementos essenciais da política de rebeldia dos escravos”³. Os autores também destacam que a utilização de períodos festivos, feriados e domingos, na organização e efetivação de levantes escravos, foram correntes em várias insurreições escravas no Brasil. Temos então que Nazário parece ter conseguido se aproveitar deste momento festivo, no qual os senhores estariam com a “guarda baixa”, para aliciar e divulgar seu “perverso intuito” a um grande contingente de escravos de variados proprietários da Aldeia dos Anjos. Pelo menos foi o que entenderam as autoridades locais, quando, no libelo acusatório do processo crime, afirmavam que praticamente todos os escravos da localidade sabiam do plano e aguardavam:

... o dia aprazado para realizarem seu [danado] intuito, a destarte obterem por meio da força a liberdade a [troco] da qual se coligarão, sendo que só por malogração de tal plano, visto o rompimento do sigilo por parte de um dos escravos convocados que não aderiu a insurreição, a tornar pública, foi que não levaram a efeito o mesmo intuito bastando isto para que maior parte dos réus se [saísse] em fuga...⁴

A organização do levante que iniciou-se no mês de maio, somente foi descoberta pelos senhores em agosto, mais de dois meses após as primeiras ações escravas para o aliciamento de cativos. Foi em 17 de agosto de 1863, que os senhores tomaram as primeiras providências para reprimir o levante, questão que foi comum em diversas insurreições pelo Brasil, na qual a repressão inicial foi quase sempre empreendida pelos senhores locais. Somente após as primeiras medidas repressivas é que as autoridades locais foram comunicadas, estratégia que talvez estivesse ligada a percepção dos senhores de defesa a propriedade privada. Gomes (2006), analisando o caso da

³ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.41.

⁴ Libelo crime acusatório. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 2f.



insurreição quilombola da região de Vassouras, descreveu as medidas de repressão teriam sido tomadas por um dos fazendeiros da região e pelo capitão-mor⁵.

Assim como em Vassouras, no caso do plano de insurreição da Aldeia dos Anjos as primeiras medidas foram tomadas pelos próprios senhores da região, sendo que o Tenente Coronel André Machado de Moraes Sarmento teria sido um dos primeiros a, juntamente com outros senhores, reprimir ao intento de insurreição dos escravos da localidade. Conforme correspondência do subdelegado, Manoel Soares Lima, André Machado ao chegar no povoado teria tomado conhecimento do plano de levante e, junto com outros senhores, teria iniciado a repressão ao levante, posteriormente ao retornar a sua habitação em Santa Christina do Pinhal, teria mandado “amarrar” dois de seus escravos – o crioulo Salvador, que conforme seu senhor seria fraco ao castigo e logo confessaria, e o pardo Claudino.

Somente em 24 de agosto, após as medidas senhoriais iniciadas em 17 de agosto de 1863, foi solicitada, pelo subdelegado do distrito de Santa Cristina, João Martins Philermo, a ajuda do cidadão Israel de Souza Bitencourt, capitão Comandante da Guarda Nacional do Distrito. Sendo que o Presidente da Província, quando tomou conhecimento do plano de levante se dirigiu para a Aldeia dos Anjos com uma escolta do corpo policial, mas ao chegar ao local já encontrou “em diligência praças da Guarda Nacional fornecidas pelo respectivo Comandante do Corpo”⁶. Na busca por informações sobre os envolvidos no plano, foram presos e interrogados escravos de diversos senhores, interrogatórios que foram seguidos de castigos físicos (ou castigos físicos que foram seguidos de interrogatório). Nestas investigações constatou-se que, apesar de nem todos os escravos da Aldeia terem aderido às fileiras insurgentes, muitos conheciam o plano, assim como chegaram a conclusão de que os escravos de Francisco Antonio Maciel – Nazário, Antônio, Manoel Capitão, Bento e Manoel Rafael – seriam os “cabeças” do plano de insurreição.

No amanhecer do dia 26 de agosto de 1863, nove dias após o início da repressão aos escravos, o capitão do mato Aniceto estava se deslocando em direção a propriedade de Francisco Antonio Maciel, possivelmente indo prender prender os escravos para interrogatórios. Nesse momento, Eva escrava deste senhor foi em direção do escravo Antonio que “estava debaixo das

⁵ GOMES, Flavio dos Santos. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 146.

⁶ PICOLLO apud OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Diálogos entre a pesquisa histórica e a memória quilombola: um estudo sobre a Comunidade de Manoel Barbosa/RS In: *Prêmio Territórios Quilombolas 2ª Edição*. Brasília: MDA, 2007, p.168.



laranjeiras perto de casa” para chama-lo em nome de seu senhor. Após Antonio ouvir o recado de Eva parece ter dito “que aquilo era [cousa], e correu para onde estavam os outros”⁷ – Manoel, Bento, Nazário e Manoel Rafael –, e juntos entraram no mato e seguiram para o “Pituba” localidade de Santa Cristina do Pinhal, onde se juntaram aos escravos Alexandre, Luiz e José⁸. Lá o escravo Alexandre tinha como estratégia para fuga, romper o mato em direção ao Rio do Sinos, onde, conforme o escravo José, pretendia cruzar “o rio na canoa de seu sobrinho”⁹ Adão e irem para as Missões, para o “outro lado da linha”.

Na fuga sete escravos se direcionaram até as margens do Rio do Sinos, quando acabaram impossibilitados de chegarem ao seu objetivo, cruzarem a fronteira para tornarem-se “forros”, devido a uma barreira natural – o rio dos Sinos. A partir deste ponto da fuga, os escravos trocaram de estratégia buscando agora se apadrinhar, talvez, entendendo ser a melhor saída para não enfrentarem a repressão de seus senhores sem alguma proteção. A busca de padrinhos foi então uma consequência da não travessia do rio, pois, conforme Luis escravo de José Alves ao passarem para o outro lado do rio pretendiam se “aquilombarem”, mas como Alexandre “não pode ser senhor da canoa”¹⁰, pois quando este escravo foi conversar sozinho com seu sobrinho Adão, para pegar a canoa emprestada, Adão se retirou “e foi contar a seu senhor, razão por que no dia seguinte foram eles tocados por uma partida”¹¹.

Encurralados no sábado as margens do rio do Sinos, os escravos resolveram passar a noite no local e na manhã seguinte se separariam, enquanto Antonio, Luis, José e Alexandre decidiram ficar próximo ao rio, os outros três, Manoel Rafael, Bento e Nazário, disseram que “iam para Santo Antônio tomar padrinho”¹². Nesta mesma noite (29 de agosto de 1863), quatro dias após a fuga dos escravos de Maciel (26 de agosto), o subdelegado do distrito de Santa Cristina, José Martins Philermo, teve notícias de “um grupo composto de sete negros que beiravam a margem esquerda do

⁷ Interrogatório do menor Joaquim, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 27 de agosto de 1863. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fls. 16v e 17f.

⁸ Interrogatório de Antônio, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 31 de agosto de 1863. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fls. 12f e v.

⁹ Interrogatório de José, escravo de Innocente Maciel Netto, no dia 02 de outubro de 1863. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fls. 50v e 51f.

¹⁰ Interrogatório de Luis, escravo de José Antonio Alves, no dia 31 de agosto de 1863. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 13v.

¹¹ Interrogatório de José, escravo de Innocente Maciel Netto, no dia 23 de novembro de 1863. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 99f e v.

¹² Interrogatório de Antônio, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 31 de agosto de 1863. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 6v e 7f.



rio dos Sinos”¹³. Na manhã de domingo Nazário, Bento e Manoel Rafael saem à procura de padrinho, mas ao passarem por uma sanga avistaram próximo a uma casa a “partida” que lhes deu ordem de prisão. Enquanto Nazário ficou “agachado atrás de uma moita de [camboim]”, os outros dois (Bento e Manoel Rafael) dispararam pelo mato, em sua corrida ouviram tiros vindos da direção do rio, mas não viram o que aconteceu. Enquanto Bento foi se apadrinhar na casa do senhor José Fernandes, Manoel Rafael correu em direção à casa de Bernardino Ferreira buscando também se apadrinhar, mas no caminho acabou sendo “preso e amarrado por Justino Fortes”. Já as margens do rio Antonio, José, Luis e Alexandre resolveram pela manhã de domingo também buscar “padrinho” como os outros, menos Alexandre, que teria dito a Antonio no sábado que não fugiria e que “queria viver ou morrer ali que não seguia para diante e que cada um tratasse em si”¹⁴, mas no fim acabaram todos sendo surpreendidos pela mesma “partida”, que capturou os outros escravos. O conflito entre escravos e “partida” resultou na morte dos dois supostos líderes da insurreição: “Alexandre escravo de José Alves morador no distrito da Aldeia dos Anjos, e Nazário escravo de Francisco Maciel morador do mesmo distrito” e a prisão de mais três escravos, Antônio, de Francisco Maciel, José de Inocente Maciel e Luís de José Alves, o sargento ainda destacou que conseguiram escapar dois escravos, Bento e Manoel Rafael ambos os escravos de Francisco Maciel¹⁵, escravos que posteriormente foram capturados.

Conforme as autoridades, entre as duas e três horas da tarde de domingo, o sargento José Antônio de Oliveira encontrou “acostados em um banhado dentro dos poteiros de propriedade de Dona Joaquina Constancia, e do Senhor Capitão [Jovenal] de Souza Bitencourt”. O sargento lhes deu voz de prisão, mas alguns escravos portando armas de fogo resistiram à prisão disparando em direção a José Antônio de Oliveira, que afirmou em sua correspondência que em consequência dessa atitude mandou seus comandados fazerem fogo também. Neste momento, as margens do rio dos Sinos que acabaram os sonhos de liberdade desses escravos, que havia iniciado próximo ao dia 24 de maio do ano de 1863. A questão que fica consiste em compreender os possíveis motivos que levaram os escravos de diversos senhores da Aldeia dos Anjos a organizarem um plano de levante

¹³ Correspondência de 01 de setembro de 1863, do subdelegado do distrito de Santa Cristina, João Martins Philermo para o Doutor Chefe de Polícia da Província, Dario Rafael Callado. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 72f e v.

¹⁴ Interrogatório de Antônio, escravo de Francisco Antônio Maciel, no dia 31 de agosto de 1863. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 12f.

¹⁵ Correspondência de 30 de agosto de 1863, do Sargento José Antônio de Oliveira para o subdelegado do distrito de Santa Cristina, João Martins Philermo. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 28f.



para conquistarem sua liberdade. Acreditamos que o contexto conturbado da segunda metade do século XIX teria contribuído para a eclosão desses levantes.

A década de 1860: um momento conturbado

Apesar de não haver muitas análises mais detalhadas sobre insurreições escravas no período posterior a 1850¹⁶, é importante compreender que isso não significa que elas não ocorreram, até mesmo porque, como destacou Isabel Motta (2005), ao analisar o caso de uma insurreição escrava em Diamantina no ano de 1864, entre os anos de 1860 e 1864 “o Ministério da Justiça do Império registrou a ocorrência de 63 insurreições escravas em todo o Brasil. Número subestimado, já que nele não se encontram inclusos diversos planos frustrados e fugas coletivas realizadas com sucesso após conflitos nas fazendas”¹⁷. Considerando a observação de Motta (2005) podemos ainda apontar, conforme levantamento dos processos-crime sobre insurreição escrava no Rio Grande do Sul, que entre os anos de 1863 e 1865, encontramos cinco casos relacionados a rebeliões escravas: duas no ano de 1863: Pelotas e Porto Alegre (Aldeia dos Anjos) e três em 1865: Piratini, Taquari e Alegrete¹⁸. O contexto da segunda metade do século XIX trouxe novos debates com relação à mão de obra escrava (fim do tráfico atlântico e lei do ventre livre), ao nacionalismo (questão Christie) e a

¹⁶ Para a região de São Paulo (Campinas) ver Xavier (2008), principalmente, os capítulos 2 (O apelo dos batuques e a trama dos escravos) e 3 (Casamento, religiosidade e revoltas escravas). XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Para a região do Rio de Janeiro, ver Gomes (2006) capítulo 2 (As raízes do efêmero: a insurreição quilombola de Vassouras (1838)), principalmente os itens “A cor do medo: políticas, senhores e escravos” e “Dialogando com temores, poderes e domínios”. Para o Rio Grande do Sul, ver Moreira (2009), principalmente, o capítulo 1 (Morcegos, militares e paisanos: o reforço da organização policial). MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

¹⁷ MOTTA, Isaura Moura. O ‘vulcão’ negro da Chapada: Rebelião escrava nos sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864). Dissertação de Mestrado, Campinas: UNICAMP, 2005, p. 11.

¹⁸ Aqui se torna necessário apontar que não foram analisados os boletins de ocorrências policiais, que certamente, devam elevar esse número, pois Moreira (2003) apontou a existência de uma insurreição escrava em Taquari, 1863, na fazenda Conceição, do Cirurgião Antônio José de Moraes. Moreira, 2003, p.65-67, insurreição que também aparece no relatório do presidente da província do ano de 1864. Mário Maestri (2011), em artigo recente, destacou diversos casos de insurreições escravas, ou planos de levantes, na Província de São Pedro entre os anos de 1863 e 1868, entre eles o caso da Aldeia dos Anjos e de Taquari. Apesar do autor, basicamente, utilizar-se das correspondências oficiais e de desconsiderar trabalhos que já analisaram alguns destes casos de insurreição, seu artigo serve como um importante levantamento sobre as insurreições escravas na década de 1860. MAESTRI, Mário. Pampa negro: agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. *SAECULUM – REVISTA DE HISTÓRIA* [25]; João Pessoa, jul./ dez. 2011.



fronteira (Guerra do Paraguai), que provavelmente tenham contribuído para o desencadeamento desse grande número de insurreições registradas pelo Ministério.

Gomes (2006), analisando os temores da população da província fluminense, aponta à preocupação com movimentos internos e externos que poderiam estar influenciando a “escravaria” local, afirmando que “se escravos podiam ter conhecimento de fatos que ocorriam em outros países, também faziam deles uma avaliação política própria. Ideias e experiências, além de compartilhadas, ganhavam conteúdos políticos na circulação atlântica”. O autor destaca ainda que no período posterior as discussões sobre o fim do tráfico (1850) e da Questão Christie no início da década de 1860, fez com que o chefe de polícia, percorresse toda a Província devido a preocupação de levantes escravos em decorrência da questão com os ingleses¹⁹. Xavier (2008) no temor dos senhores de Campinas com relação às “leituras” que os escravos poderiam estar a fazer do debate entre Inglaterra e Brasil, relacionado ao fim do tráfico atlântico, aponta que entre os anos de 1840 a 1860 “houve uma exacerbação dessas questões”, afirmando ainda que os senhores acreditavam que este debate decididamente poderiam ter motivado os cativos a empreenderem suas sublevações, apontando que no ano de 1863, com a “questão inglesa”, a relação foi mais direta, destacando que havia:

... segundo a avaliação de alguns senhores da localidade, a certeza de que, nas reuniões escravas, se falava tanto sobre levantes quanto sobre ingleses, pois era “fato que pensavam contar com a proteção deles ou ao menos havia fundado motivo para reechar-se alguma manifestação hostil por parte dos escravos caso se desse o rompimento com a Inglaterra”.²⁰

Tais debates podem ter sido proferidos entre os senhores da região, e conseqüentemente ter chegado aos ouvidos dos escravos, pois como afirmou Genovese (1983) os “escravos sempre viam e ouviam mais do que se esperava, ainda que seus senhores determinassem que houvesse o menos possível para se ver e se ouvir”²¹. Debates políticos e acontecimentos internacionais poderiam chegar aos ouvidos da população escrava e, misturados com o clima propiciado pela festividade do Divino, levado os escravos a compreenderem o momento como propício para a realização de uma

¹⁹ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 220.

²⁰ XAVIER, 2008, p. 86-87.

²¹ GENOVESE, Eugene Dominick. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988, p.44.



insurreição, pois os “brancos” estariam preocupados com outras questões. Considerando o momento, podemos ainda verificar um caso de “insurreição” escrava, relacionada à questão inglesa, ocorrida em Pelotas, no mesmo ano do levante da Aldeia dos Anjos, em 1863, envolvendo “pretos libertos”. O liberto Sebastião Maria, de 63 anos, pedreiro, natural do Rio de Janeiro, foi acusado de “[...] aconselhar, e mesmo excitar, diferentes vezes vários escravos a insurgirem-se, intrigando-os a aproveitarem-se do ensejo, que oferecem os [enlaces], com que conforme [lhes dizia] o réu, luta presentemente o governo em razão da questão anglo-brasileira [...]” . Todas as cinco testemunhas afirmam que Sebastião Maria teria se reunido com escravos e os incentivado a juntarem-se aos ingleses em caso de guerra, inclusive Venâncio da Silva Coutinho, afirmando que:

[...] diversas vezes o preto Sebastião, com quem ele testemunha morava, (sendo igualmente preto livre) propalar ideias de insurreição fazendo acreditar a seus iguais, e cativos, que a Província de Santa Catarina estava tomada e ocupada por forças inglesas, e que em breve estariam também forças inglesas nesta Província, e que nessa ocasião se sublevariam todos os pretos livres e escravos nesta cidade contra o Brasil.²²

Apesar das acusações das testemunhas e de o próprio réu afirmar que não tem como provar sua inocência, o processo é dado como improcedente, pois o preto Sebastião Maria não pode ser acusado do crime de insurreição, “[...] porque consistindo este crime, como o define o código criminal, na reunião de vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força, não pode estar o preto Sebastião incurso no artigo 115 do mesmo código [...]”. O caso do preto liberto Sebastião Maria, sem levarmos em consideração se era culpado ou inocente, demonstra como o conflito diplomático com os ingleses fez surgir ou ampliar os temores quanto à percepção que os cativos poderiam ter dos debates internacionais. Xavier (2008) ao pensar sobre o temor dos senhores em Campinas, na década de 1830, quanto as possíveis “leituras” dos escravos quanto aos debates entre Inglaterra e Brasil sobre o fim do tráfico atlântico, aponta que entre os anos de 1840 a 1860 “houve uma exacerbação dessas questões”, afirmando que os senhores acreditavam que decididamente o debate poderia ter motivado os cativos a empreenderem suas sublevações, apontando que no ano de 1863, com a “questão inglesa”, a relação foi mais direta, destacando que havia:

... segundo a avaliação de alguns senhores da localidade, a certeza de que, nas reuniões escravas, se falava tanto sobre levantes quanto sobre ingleses, pois era “fato que pensavam contar com a proteção deles ou ao

²² A testemunha é descrita como tendo “[...] cinquenta e seis anos de idade, [empalhador?], solteiro, morador à rua da Igreja nesta cidade, natural da Província do Rio de Janeiro”. Testemunho de Venâncio da Silva Coutinho, no dia 07 de março de 1863. Processo Crime, Vara Cível e Crime, processo 5307, maço 121, 1863, APERS, fls. 10v e 11f.



menos havia fundado motivo para recear-se alguma manifestação hostil por parte dos escravos caso se desse o rompimento com a Inglaterra”.²³

Sendo assim, debates políticos e acontecimentos internacionais podem haver chegado aos ouvidos da população escrava e misturados com o clima propiciado pela festividade do Divino, tenha levado os escravos a compreenderem o momento como propício para a realização de uma Insurreição, pois os brancos estariam preocupados com outras questões. Foi nessa conjuntura que os supostos líderes Nazário e Alexandre, assim como outros escravos, passaram a pôr em prática o plano insurrecional. Temos então na década de 1860, um panorama “conturbado”, que acrescido do período festivo do Divino Espírito Santo contribuiu para o levante escravo na região da Aldeia dos Anjos. Para além da conjuntura, acreditamos que ocorreu durante a década de 1850 e 60 mudanças significativas na estrutura escravista na qual estes cativos viviam na Aldeia dos Anjos. Modificação que acreditamos ser fundamental para compreendermos as redes de relações familiares e sociais dos cativos insurgentes, qual seja a concentração de cativos sob o domínio de poucos senhores.

Poucos com muito e muitos com pouco: concentração da mão de obra cativa após 1850

Acreditamos que ocorreu na Aldeia dos Anjos, após o fim do tráfico negreiro (1850), uma concentração da mão de obra escrava entre os proprietários mais abastados da região, e como veremos ao final deste item, os grupos familiares dos senhores dos escravos insurgentes faziam parte da população mais abastada da região, conforme os inventários analisados. Para compreendermos a mudança na estrutura de posse cativa da Aldeia dos Anjos, buscamos trabalhar com um recorte temporal que iniciasse a partir da década que antecedeu à lei do fim do tráfico (1840) e as duas posteriores (1850 e 1860). Conforme levantamento realizado no APERS, foram localizados cento e noventa e oito inventários *post-mortem* de moradores da Freguesia da Aldeia dos Anjos, entre os anos de 1841 e 1870, esta documentação estava dividida em cinco subfundos da Comarca de Porto Alegre, localidade Porto Alegre²⁴. Cabe destacar algumas questões metodológicas quanto o uso histórico dos inventários *post-mortem*, Osório (2007), ao pensar sobre a

²³ XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 86-87.

²⁴ Subfundos: I Vara Civil e Crime, II Vara Civil e Crime, Provedoria, I Vara da Família e Sucessão e II Vara da Família e Sucessão. Infelizmente os inventários não estavam divididos por Freguesias, sendo assim, foi necessário analisar todos os inventários do Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, para localizar os dos moradores da Aldeia dos Anjos.



forma de análise dos “grupos domésticos” para a Província do Rio Grande do Sul, afirmará que as principais fontes para esse tipo de estudo seriam os censos e as listas nominativas:

que discriminem os habitantes livres e escravos de cada unidade produtiva. *Infelizmente, não dispomos desse tipo de fonte para o Rio Grande.* Dessa forma, como apreender e determinar qual o tipo de força de trabalho predominante nessas unidades produtivas? *Os inventários post-mortem fornecem-nos uma série de dados que nos permitem aproximarmos-nos da questão. Recordemos, no entanto, que uma das distorções, ou limite, dessa fonte é a sobre-representação dos setores mais ricos da população.* (Grifo nosso)²⁵

Pensando sob a mesma ótica de Osório, Scherer (2008) aponta que os recenseamentos possibilitam ao historiador uma ideia aproximada do total da população da região, enquanto os inventários *post-mortem* permitem acessarmos informações de uma população restrita de uma região, ou seja, os detentores de bens móveis e imóveis. O autor destaca ainda que uma das maiores críticas que esta fonte recebe se relaciona “a escassa representatividade social que sua utilização propicia, privilegiando aos proprietários em detrimento de segmentos da população menos aquinhoados”²⁶. Apesar de sabermos que estamos lidando com documentos que privilegiam uma restrita população, acreditamos que ao compreendermos melhor esse “grupo”, também teremos uma melhor visão do ambiente no qual os escravos viviam, tomando sempre o cuidado de relativizar os dados encontrados nesta documentação, visto que representavam principalmente um segmento da população que tinha acesso a algum tipo de propriedade e não a sua população como um todo.

Para a análise optamos por utilizar uma divisão em três FTP (Faixa Tamanho Plantel), pequenos plantéis com 1 a 9 cativos, médios com 10 a 19 e grandes com 20 ou mais²⁷, mas para uma análise mais detalhada dos pequenos plantéis e médios plantéis (1 a 9 e 10 a 19 cativos), decidimos dividir essas duas faixas de tamanho de plantel (FTP) em quatro. Para os pequenos plantéis trabalhamos com as faixas de 1 a 4 e 5 a 9 cativos, já para os médios, trabalhou-se com as faixas de 10 a 14 e 15 a 19. Esse detalhamento ajudara a compreendermos melhor as modificações que foram se percebendo com o tempo nesses pequenos e médios plantéis, que foi bastante distinto.

²⁵ OSORIO, Helen. O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007, p.175.

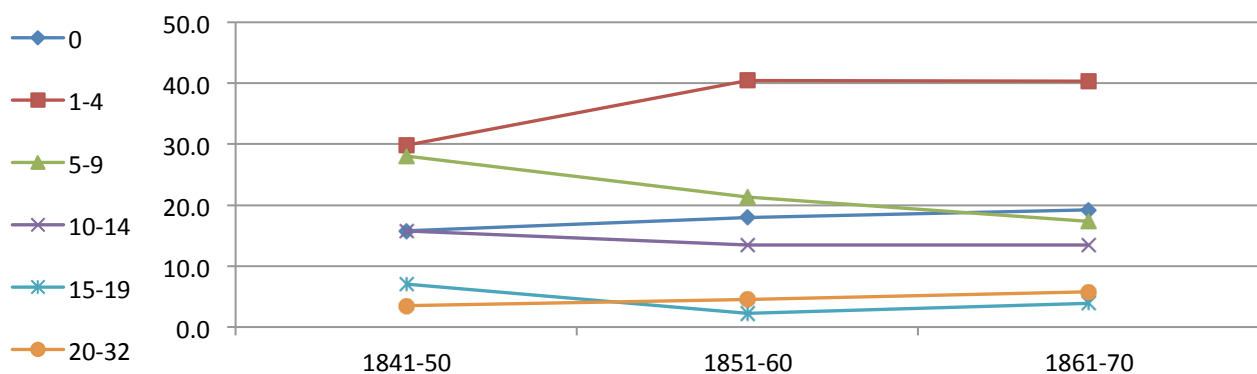
²⁶ SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX.* Dissertação de Mestrado, São Leopoldo: UNISINOS, 2008, p.31-32.

²⁷ Procuramos seguir o mesmo padrão utilizado por Scherer (2008) e Araújo (2008), até mesmo para podermos comparar os dados apresentados para a Aldeia dos Anjos. Na tabela os plantéis com mais de 20 escravos, foram descritos como “20-32”, pois o maior plantel escravo encontrado para a região, no período analisado, foi de 32 cativos.



Analisando os inventários da Aldeia dos Anjos do período entre 1841 e 1870, verificou-se ter ocorrido uma concentração de escravos nas mãos de grandes proprietários de escravos a partir da década de 1850, concentração que se verificou também para outros municípios da Província, como Cruz Alta e Rio Grande²⁸. Na primeira década (1840) estudada os grandes plantéis representavam 3,5%, passando na década seguinte (1850) 4,5% e continuando a crescer no último período quando passaram a representar 5,8% dos inventariados. Neste mesmo período (1841-1870) houve um crescimento da representatividade de inventariados sem escravos e com pequenos plantéis (1 a 4 cativos), mas a maioria das faixas de tamanho de plantel reduziu tanto sua representatividade como o número de escravos sob seu domínio.

Gráfico I – (%) Senhores com e sem escravos por faixa tamanho plantel, 1841-1870



Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1840-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

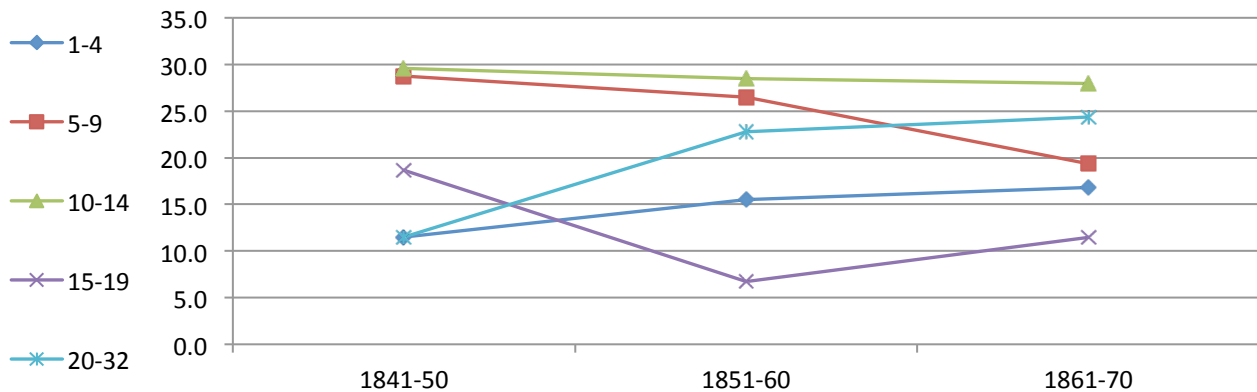
Mas mais importante que o crescimento percentual dos grandes plantéis escravos, foi a ampliação, ocorrida na década de 1850 e 1860, da concentração de cativos sob seu domínio – na década de 40 eram 4,2% de inventariados com escravos detendo 11,5% dos cativos, passando na década seguinte a 5,5% detendo 22,8% dos escravos, chegando no último período a 7,1% com 24,4% dos cativos. Juntamente a este aumento na concentração de escravos nas mãos destes inventariados, temos a redução no número de escravos sob a posse dos pequenos plantéis com “5 a 9” cativos e dos médios com “10 a 14” e “15 a 19” cativos – em praticamente todas as décadas analisadas. Ou seja, temos que após o fim do tráfico negreiro de 1850, possivelmente ficou mais

²⁸ Scherer (2008), analisando a região de Rio Grande, e Araújo (2008), a região de Cruz Alta, destacaram essa concentração escrava nas mãos de grandes proprietários durante as décadas de 1850 e 1860. Ver Scherer, 2008, p.35-44 e Araújo (2008), p.69-86.



difícil à aquisição da mão de obra cativa por parte considerável da população da região, visto principalmente que houve uma significativa elevação do preço dos cativos após 1850²⁹.

Gráfico II – (%) Escravos por faixa tamanho plantel, 1841-1870



Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004, Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, 1840-1870, Provedoria, I e II Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família e Sucessão, APERS.

Estes dados destacam como a posse escrava teve significativa importância na freguesia da Aldeia dos Anjos, visto que grande parte dos senhores inventariados entre os anos de 1841 e 1870 possuíam escravos – representatividade sempre superior a 80%. Mas, principalmente, que possuir mais de nove escravos não era algo comum para a região, era privilégio de alguns poucos senhores. Relacionando estes dados ao plano de insurreição escrava de 1863, podemos observar que os familiares dos senhores de alguns dos escravos insurgentes – André Machado de Moraes Sarmento, Antonio Pahim de Andrade, José Antonio Alves e Francisco Antonio Maciel – estavam entre os inventariados mais abastados da região. Praticamente todos os inventários pertencentes ao grupo

²⁹ Flávio Gomes sugeriu, ao analisar o caso do Rio de Janeiro, que a concentração escrava possivelmente estaria relacionada ao fim do tráfico negreiro em 1850, pois “provavelmente os fazendeiros e lavradores da região não conseguiram renovar seus plantéis devido ao súbito aumento de preços dos escravos”. REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.269. Hebe Mattos, ao analisar também o caso do Rio de Janeiro, afirmou que “a extinção do tráfico atlântico de escravos e o encarecimento do preço do cativo, que lhe sucedeu, não apenas inviabilizaram a aquisição de novos cativos para muitos antigos senhores, como frequentemente os levaram a deles se desfazer no quadro de intensificação do tráfico interno que sucedeu ao tráfico atlântico”. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.94. Em nossa dissertação, em processo final de escrita, apresentaremos dados sobre a elevação do preço do cativo para a Aldeia dos Anjos após 1850. Jonas Vargas (2012) vem apresentando dados interessantes quanto o aumento do preço do cativo para o município de Pelotas no Rio Grande do Sul. VARGAS, Jonas Moreira. De charque, couros e escravos: A concentração de riqueza, terras e mão de obra em Pelotas (1850-1890). *Saeculum – Revista de História*. n°26. João Pessoa, jan./jun. 2012, p.79-92.



familiar dos senhores dos insurgentes (“Pahim”, “Prates/Sarmento”, “Maciel” e “Alves”), possuíam as maiores escravarias da região, que eram formadas por médios e grandes plantéis escravos. O que possivelmente possibilitaria o estabelecimento de relações familiares entre os escravos desses inventariados, ou como apontou Slenes (2011), para a região de Campinas do século XIX, era “exatamente nessas unidades médias e grandes que os escravos normalmente conseguiam casar-se com mais frequência e formar famílias conjugais relativamente estáveis”³⁰.

Tabela I – Inventariados pertencentes aos grupos familiares dos senhores dos insurgentes

Grupo Familiar	Inventariados	Ano inventário	Número de escravos
Prates e Sarmento	Escolástica Rosa Joaquina	1849	17
	Maria Luciana de Oliveira Prates	1850	4
	Dona Brígida Maria de Oliveira Prates	1858	29
	Leonor Inácia de Moraes	1860	6
	José Joaquim Machado	1861	10
	Catarina Rosa de Oliveira	1863	28
	Catarina Cândida de Oliveira Prates	1866	12
	Felicidade Maria de Oliveira Prates	1868	10
André Machado de Moraes Sarmento	1880	8	
Maciel	Feliciano Inácia de Jesus	1852	18
	Antonio Ferreira Maciel	1853	14
	Francisco Antonio Maciel	1868	16
Pahim	João Pahim de Andrade	1859	10
	Antônio Pahim de Andrade	1872	14
Alves	Florência Antonia de Jesus	1863	20
	Tenente Coronel Felisbino Antonio Alves	1877	9

Fonte: Inventários *post-mortem* da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, 1841-1872, APERS.

Temos então que os escravos insurgentes faziam parte de médias e grandes escravarias da Aldeia dos Anjos e, para o padrão da região, estes cativos estavam sob o domínio dos senhores mais abastados da região. Observando as relações familiares dos grupos familiares senhoriais, percebemos que a maior parte dos senhores dos insurgentes possuíam redes de relações familiares bastante próximas (sogros, genros, pais, filhos, entre outros), o que provavelmente possibilitaria um maior ambiente para as relações entre os escravos destes senhores. Talvez as relações senhoriais, tornem mais compreensível o relato do escravo Justo quando afirmou que “os brancos eram uns

³⁰ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.80.



pelos outros, por isso os negros também deviam fazer o mesmo”³¹. Pensando nestas relações, buscaremos para finalizar este artigo apresentar fragmentos das redes de relações de alguns dos escravos insurgentes de 1863.

As relações sociais e familiares dos escravos na Aldeia dos Anjos

À noite, esgueiravam-se de suas fazendas e andavam quilômetros para visitar amigos. Também inventavam muitas desculpas para sair durante o dia... E, como era frequente a separação ou a venda de esposas e maridos, pais e filhos, que muitas vezes acabavam morando em fazendas diferentes, os escravos encontravam pretextos de todo tipo quando necessitavam de um passe por um ou dois dias. Também recebiam permissão para ir às feiras de domingo vender os produtos de suas hortas e as aves e porcos que às vezes criavam. Ou eram mandados à cidade com diversas incumbências. E, apesar de perseguição e da hostilidade dos senhores, grande número deles se encontrava na capela.³²

O caso da insurreição escrava em Demerara, ocorrido no ano de 1823 e apresentado por Emilia Viotti da Costa (1999), ajuda-nos a pensar o plano de insurreição escrava tramado por escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos no ano de 1863, visto que é perceptível, pelos relatos dos escravos, a movimentação de escravos pelas diversas fazendas e vendas da região. Neste artigo focaremos no caso envolvido dois dos insurgentes, José e Manoel Rafael, escravo de Innocente Ferreira Maciel.

Em algum dia de agosto de 1863, José escravo de Innocente Ferreira Maciel, teria ido à fazenda do pai de seu senhor (Francisco Maciel), lá buscava conversar com o escravo Manoel Rafael, pois queria pegar de volta um poncho que havia emprestado a este cativo, para o mesmo pedir esmolas na Festa do Divino Espírito Santo. Nessa fazenda acabou encontrando o suposto líder do plano insurgente, Nazário, que teria convidado-o para um levante que os escravos estavam organizando, mas José, pelo menos ao que relatou, disse a Nazário “[...] que não sabia o que havia de fazer, mas consultando a Antônio escravo de Geraldo este lhe aconselhou que não se metesse nessa desordem, mas não pode dar resposta a Nazário por não ter ele ido mais ao Pinhal”³³.

³¹ Interrogatório de Justo, escravo de Porfírio Antonio de Jesus, no dia 01 de setembro de 1863. Processo Crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 10 f e v.

³² COSTA, Emilia Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 228-229.

³³ Interrogatório de José, escravo de Innocente Maciel, no dia 02 de outubro de 1863. APERS – Sumário Júri, maço 35, processo 1060, fl. 50f e v.



Não estou interessado aqui na culpabilidade de José, mas sim nos fragmentos das redes de relações que este escravo indicou. Primeiramente destacamos que parecia ser comum o transito de escravos entre as fazendas de pai (Francisco Maciel) e filho (Innocente Maciel), como parece demonstrar José. Pensemos então que José emprestou o poncho a Manoel Rafael, conversou na mesma fazenda com Nazário e se aconselhou com Antonio, escravo de Geraldo, provavelmente Geraldo Antonio Maciel, irmão de Francisco Maciel e tio de Innocente Maciel³⁴. Não importa se foi nessa ordem, ou mesmo se assim foi, mas sim que no momento que o escravo relatou estas ações, demonstrou que o transito por estas propriedades fazia parte de seu cotidiano.

Mas nesse mesmo relato, devemos destacar outra questão, pois José vai falar com Manoel Rafael na fazenda de Francisco Maciel, mas este escravo pertencia a Innocente Maciel, pelo menos conforme o próprio relato de Manoel Rafael que afirmava ser escravo do filho de Francisco Maciel. Interessante que quando lhe foi perguntado onde residia, respondeu que “no Butiá em casa do velho Francisco Maciel”³⁵, indicando que os escravos, possivelmente, poderiam ser deslocados de uma fazenda a outra, conforme a necessidade de seu senhor e de seus parentes. Mas isso não impossibilitava que os escravos se deslocassem de fazenda a fazenda por outras redes de relações que não fossem as senhorias, mas sim suas próprias relações, nesses deslocamentos os escravos faziam seus negócios e visitavam seus parentes, e, possivelmente, essas relações contribuíram para a mobilidade espacial dos envolvidos no plano de levante escravo. Os relatos do escravo José deixaram em evidência alguns aspectos da vida de Manoel Rafael, como o de pertencer a um senhor, mas residir na casa de outro.

O caso de Manoel Rafael se torna mais interessante quando percebemos, pelos seus relatos, fragmentos de suas redes de relações familiares e sociais. Manoel Rafael, com 23 anos de idade no momento do levante, afirmava que no domingo anterior a sua fuga teria ido à casa de Baptista, onde encontrou José escravo de Domingos Correia e conversaram sobre o negócio de um “poncho que queria vender”, talvez o mesmo poncho que José, escravo de Innocente Maciel dizia ser seu. Depois Manoel Rafael teria ido a “roça de Pedro”, escravo de José de Souza Lima, passar um recado que

³⁴ Antonio, o escravo com quem José se aconselhou possivelmente era um africano de nação que teria mais ou menos 39 anos de idade em 1863. Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade São Leopoldo, I Vara de Família, Inventário de Geraldo Antonio Maciel, ano 1865, processo 363.

³⁵ Interrogatório de Manoel Rafael, escravo de Innocente Maciel, no dia 02 de outubro de 1863. APERS – Sumário Júri, maço 35, processo 1060, fl. 56f.



Nazário havia lhe pedido, mas quando lhe perguntaram se teria ido conversar com Constantino, escravo de José Francisco de Souza, Manoel diz que não, que somente foi aquela fazenda “tomar a benção [de] sua mãe”³⁶. Neste domingo de “andanças”, de fazenda em fazenda, resolvendo negócios, passando recados e, ao final do dia, recebendo a benção de sua mãe, nos chamou a atenção quando na última fazenda encontra sua mãe, escrava de José Francisco de Souza. Analisando os registros de batismo da Aldeia dos Anjos, descobrimos que Manoel Rafael não era “cria” da escravaria de Innocente Maciel ou de Francisco Maciel, na realidade este era filho da africana Ana de nação mina, escrava de José Francisco de Souza, e este havia sido seu primeiro senhor. Destacamos ainda que aparentemente, antes de ser escravo de Innocente Maciel, Manoel Rafael, ainda esteve sob o domínio de outro senhor, como indicou Pedro, escravo de José de Souza Lima, quando relatou “que no domingo estando na lavoura veio um escravo que foi de seu senhor e hoje é de Innocente Maciel de nome Manoel Rafael”³⁷. Apesar deste escravo já não fazer mais parte da escravaria de José Francisco de Souza ou de José de Souza Lima, ele ainda manteve relações sociais e familiares que havia estabelecido anteriormente. Claro que devemos considerar que esses laços possivelmente não se manteriam, ou pelo menos seriam mais difíceis de manter-se, conforme a distância da região para qual fosse vendido.

Verificando os registros de batismos da Aldeia dos Anjos, verificou-se que Manoel Rafael não era o único filho de Ana, esta ainda teve, pelo menos, mais dois filhos, uma era Eva “nascida no primeiro de setembro de mil oito centos trinta e cinco filha natural de Anna de Nação Mina”³⁸. Além de Eva, havia outro irmão este chamado Constantino, ora este era o escravo que o interrogador havia questionado a Manoel Rafael se teria ido procura-lo no domingo quando esteve na fazenda de José Francisco de Souza. Pelos relatos e por estas “redes parentais” existentes naquela escravaria, parecia que os escravos possuíam um trânsito relativamente livre por esta fazenda, e que era comum ver Manoel Rafael por este local. Sugerimos isso, pois, apesar de Manoel Rafael negar, Constantino afirma que seu irmão teria ido à fazenda, mas como não estava em casa quando da “visita” de Manoel Rafael, ficou sabendo, pois Felisbino, seu senhor moço, o avisou.

³⁶ Interrogatório de Manoel Rafael, escravo de Innocente Maciel, no dia 04 de setembro de 1863. APERS – Sumário Júri, maço 35, processo 1060, fl. 8f e v.

³⁷ Interrogatório de Pedro, escravo de José Francisco de Souza, no dia 27 de agosto de 1863. APERS – Sumário Júri, maço 35, processo 1060, fl. 16f.

³⁸ Livro 9A, Batismos 1832, Abr-1866, Mar, folha 22 f. Disponível em: www.familysearch.org.



Aparentemente a “visita” deste escravo a fazenda de seu antigo senhor não era incomum para aqueles escravos e senhores, parecia fato comum e que não levantava suspeitas.

Rompimento de laços familiares: algumas considerações

A questão que fica e que sugerimos consiste que existia uma rede de relações com as quais os escravos estavam acostumados a lidar em seu cotidiano, mas teremos entre as décadas de 1850 e 1860, um fator que pode haver preocupou os escravos, muitos de seus senhores faleceram entre este período (Tabela I). Sendo que algumas das escravarias destes senhores estavam entre as maiores da região, ou seja, muitos poderiam acabar sendo separados de suas relações estabelecidas em função da divisão de bens entre os herdeiros. Segundo Chalhoub:

[...] a situação do testamento, e posterior inventário, apresenta sempre um potencial de tensão e conflito: os herdeiros defendem seus interesses, e frequentemente se desentendem, no processo de partilha dos bens; os agregados e dependentes em geral vivem a incerteza da permanência de arranjos passados; e os escravos, via de regra o elo mais frágil, enfrentam o risco de ver suas famílias e comunidades divididas entre os herdeiros ou bruscamente destruídas por transações de compra e venda³⁹.

Mas não seria somente o receio quanto seu destino, talvez a troca de senhor fosse sua maior preocupação, pois representava o ingresso em uma nova forma de domínio senhorial que exigiria do cativo uma (re)adequação de sua “conduta” nessa nova escravaria. Não estamos afirmando que os senhores não consideravam as estruturas familiares existentes naquela escravaria, no momento da partilha, mas que talvez buscasse evitar, quando possível, desfazer alguns destes vínculos, como o caso da partilha de Brígida Prates, esposa de André Machado de Moraes Sarmiento, que demonstra essa estratégia. Pois nenhum dos três casais, presentes nesta escravaria, foram separados, dois ficaram com seu marido (“Amâncio e Eva” e “Inácio e Silveira”) e um com Maria Cândida de Moraes Sarmiento (“José Terra e Rosa”). Fato que nos leva a concordar com Rocha (2006) que, ao analisar os casos de separações de grupos familiares escravos para a região de Campinas no século XIX, afirma que:

³⁹ CHALHOUB apud FREIRE, Jonis. Para além da partilha: divisão e manutenção de famílias escravas (Minas Gerais, século XIX). *História Unisinos*, 15(1):23-30, Janeiro/Abril 2011, p.24.



No momento de dividir os bens de um finado senhor, fazia-se necessário atentar para as ligações familiares existentes entre os escravos a serem partilhados, a fim de evitar as separações que poderiam ser seguidas de atos de rebeldia ou melancolia como, por exemplo, as fugas e os suicídios⁴⁰.

Rocha (2006) defende que, pelo menos para escravaria com vinte ou mais escravos, houve uma preocupação senhorial em manter estas estruturas familiares existentes entre os cativos, e relativiza a questão sobre o receio dos escravos com relação ao momento da partilha, questionando “até que ponto os cativos temiam o momento da divisão dos bens de seu proprietário, vindo nela uma ameaça de separação de seus parentes?”⁴¹ Já Freire (2011) destacou, em seu estudo sobre a divisão e manutenção da família escrava para a região de Minas Gerais do século XIX, que os cativos mais suscetíveis a rompimentos de laços familiares e afetivos foram os estabelecidos em pequenas escravarias⁴². Mesmo considerando que na Aldeia dos Anjos existiam poucas escravarias com vinte ou mais cativos, não significa que estes senhores não seriam adeptos de estratégias que procurassem evitar separações de grupos familiares escravos, pretendendo assim evitar, como propôs a Rocha (2006), possíveis conflitos entre senhores e cativos. Temos que destacar que geralmente os herdeiros dos grupos familiares senhoriais, pelo menos os aqui estudados, eram muitos, e os escravos nem sempre eram em quantidade suficiente para serem partilhados sem interferir nestas relações familiares⁴³.

Se observarmos como a quantidade de escravos de Brígida era significativa (29), para o contexto da região, a estratégia senhorial para manter estes grupos familiares foi mais eficiente que os de Antonio Ferreira Maciel (1853) e Feliciano de Jesus (1852), esta última era a esposa de Francisco Antonio Maciel. No caso desses senhores, não foi possível evitar algumas separações, o que possivelmente influenciou na vida de alguns escravos, principalmente os insurgentes, presentes nestas escravarias, se observarmos os escravos relacionados nestes inventários encontraremos

⁴⁰ ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas, Campinas, século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 175-192 – 2006, p.186.

⁴¹ ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas, Campinas, século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 175-192 – 2006, p.189.

⁴² FREIRE, Jonis. Para além da partilha: divisão e manutenção de famílias escravas (Minas Gerais, século XIX). *História Unisinos*, 15(1):23-30, Janeiro/Abril 2011, p.24.

⁴³ Freire (2011) destacou, parafrazeando Ann Malone (1992), que o número de herdeiros se tornou uma variável importante nesses momentos de partilha, pois quanto maior seu número, maior a probabilidade de rompimento ou manutenção dos laços familiares ou afetivos dos escravos da escravaria. FREIRE, Jonis. Para além da partilha: divisão e manutenção de famílias escravas (Minas Gerais, século XIX). *História Unisinos*, 15(1):23-30, Janeiro/Abril 2011, p.24.



quatro dos escravos insurgentes de 1863 – Nazário, Manoel Capitão, Antonio e Bento –, já no inventário da esposa de André Machado, encontraremos mais o escravo Claudino.

Freire (2011) afirmará, pela análise de três escravarias, que a divisão de familiares entre os herdeiros não significava necessariamente uma “ruptura dos laços parentais estabelecidos”⁴⁴. Acreditamos ter ocorrido no caso dos senhores dos insurgentes, mais que separações, distanciamento entre familiares, ou seja, não se romperam seus laços de parentescos, como destacamos no caso de Manoel Rafael que manteve contato com seus familiares. As próprias redes familiares senhorias facilitaram o manutenção destas relações escravas, mas também permitiram ao deslocar um cativo de uma escravaria a outra o estabelecimento de novas relações escravas, que possivelmente ampliaram as possibilidades de ação escrava dentro daquela sociedade.

Buscamos destacar neste texto que grande parte dos escravos envolvidos no plano de levante escravo de 1863, estava passando, direta ou indiretamente, por processos de partilhas de bens senhoriais, que se não separaram, famílias, pelo menos afastaram alguns de seus integrantes. Assim como, inseriram os escravos em uma nova forma de domínio, principalmente de seus senhores moços, podendo ter gerado insatisfações pela perda de “costumes” anteriormente aceitos pelos seus antigos senhores, levando-os a se juntarem ao plano insurgente.

Bibliografia

COSTA, Emilia Viotti da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FREIRE, Jonis. Para além da partilha: divisão e manutenção de famílias escravas (Minas Gerais, século XIX). *História Unisinos*, 15(1):23-30, Janeiro/Abril 2011

GENOVESE, Eugene Dominick. *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas*. São Paulo: Global, 1983.

_____. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988.

⁴⁴ FREIRE, Jonis. Para além da partilha: divisão e manutenção de famílias escravas (Minas Gerais, século XIX). *História Unisinos*, 15(1):23-30, Janeiro/Abril 2011, p.29.



GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAESTRI, Mário. Pampa negro: agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. *SAECULUM – REVISTA DE HISTÓRIA* [25]; João Pessoa, jul./ dez. 2011.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

MOTTA, Isaura Moura. *O ‘vulcão’ negro da Chapada: Rebelião escrava nos sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864)*. Dissertação de Mestrado, Campinas: UNICAMP, 2005.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Diálogos entre a pesquisa histórica e a memória quilombola: um estudo sobre a Comunidade de Manoel Barbosa/RS In: *Prêmio Territórios Quilombolas 2ª Edição*. Brasília: MDA, 2007.

OSORIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, n.28, ano1995-1996.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas, Campinas, século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 175-192 – 2006

SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. Dissertação de Mestrado, São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VARGAS, Jonas Moreira. De charque, couros e escravos: A concentração de riqueza, terras e mão de obra em Pelotas (1850-1890). *Saeculum – Revista de História*. nº26. João Pessoa, jan./jun. 2012.

XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.